

A realidade é socialmente construída, e qualquer investigação envolve a elucidação de caminhos pelos quais o significado é construído por aqueles envolvidos na pesquisa. Seus achados são, portanto, criados interativamente ao invés de descobertos de uma perspectiva privilegiada⁴⁴.

(Edge & Richards, 1998, p. 341)

Este estudo pretendeu investigar o uso de vozes de julgamento na construção de pontos de argumentação, quando alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública se posicionaram sobre a relação socialmente estabelecida entre escrita e inclusão social. O desenvolvimento desta pesquisa teve como base teórica os pressupostos da abordagem sociodiscursiva de Bakhtin (1990, 2003), considerando, mais especificamente, a noção de dialogismo e polifonia presente na linguagem; assim como a perspectiva sociossemiótica da Linguística Sistêmico-Funcional, no tocante a visão de contexto e de linguagem, enquanto elementos indissociáveis, sendo, por isso, os sentidos construídos no uso, e a Teoria da Avaliatividade, no que diz respeito aos elementos avaliativos que compreendem avaliações normativas de comportamento humano. Por estarmos tratando de um gênero discursivo (redação) de natureza argumentativa, apresentamos também os estudos de argumentação e gêneros, já que estávamos interessados nos pontos de argumentação que compunham as redações investigadas.

No capítulo 7, quando discutimos as vozes de julgamento, mostramos que os textos dos alunos eram compostos por inúmeros discursos sociais, que carregavam elementos avaliativos, em geral, os voltados para o comportamento humano. Foi possível perceber enunciados advindos, especialmente, da *gramática tradicional*, do *preconceito linguístico e social*, do *senso comum* e do *discurso*

⁴⁴ Livre tradução do trecho “Reality is socially constructed and that any investigation of it involves elucidation of the ways in which meaning is constructed by those involved in research. Its findings are therefore created interactively rather than discovered from a privileged perspective”. (Edge & Richards, 1998, p. 341)

pedagógico. Todos esses enunciados compuseram a voz da experiência particular (*voz do eu*) que estava ligada às demais vozes dos discursos sociais (*voz do nós*).

Quanto à voz da gramática tradicional, percebemos uma forte presença dos enunciados que priorizam a escrita padrão, estabelecendo, com isso, a noção de certo *versus* errado e correto *versus* incorreto. Tal priorização nos permite questionar a noção de erro, para que essa visão seja, então, ressignificada, uma vez que os alunos parecem estar propagando posicionamentos ideológicos contrários às variedades linguísticas que se afastem da norma socialmente prestigiada. Assim, concluímos que muitas das vozes trazidas pelos estudantes criam determinados estigmas sociais, associados à voz do preconceito linguístico e social. Provavelmente, as duas vozes inicialmente tratadas podem estar atreladas a resquícios de um ensino que priorize os estudos puramente linguísticos/gramaticais, em oposição aos estudos de base discursiva e funcional, que levam em conta os aspectos sociais e interativos da linguagem (cf. cap. 2, seção 2.3, p. 35)

Além disso, a voz do senso comum esteve presente nos textos, pois a análise nos mostrou que a opinião comum constitui, mesmo que indiretamente, as vozes anteriormente discutidas – voz da gramática tradicional e voz do preconceito linguístico e social – já que acreditamos que, geralmente, as ideias formadas estão baseadas em enunciados que já foram ou são de algum modo frutos de um saber cotidiano, muitas vezes sem respaldo científico, que virou uma opinião comumente aceita. Logo, constatamos que existe um discurso próprio do ambiente escolar aqui investigado, tido como a voz do discurso pedagógico que era resultado das demais vozes, sendo também composta por valores que circulam na escola, associados à visão do professor, do próprio aluno, de métodos propagados no contexto escolar, da mídia, de pesquisas e de reportagens.

Ademais, percebemos que o discurso desses alunos reitera a discussão realizada no início do capítulo 2 desta Dissertação de que a escola privilegia a gramática em detrimento à produção textual, uma vez que muitos estudantes priorizam o saber escrever de acordo com as regras gramaticais. Por essa razão, grande parte dos estudantes parece reproduzir uma crença social: somente a escrita padrão deve ser ensinada nas escolas (Bagno, 2007b). Por outro lado, poucos são os discentes que associam o ensino da escrita a formação de saberes concernentes às suas práticas de uso (cf. cap. 2, subseção 2.1.1, p. 28).

Já no capítulo 8, quando olhamos, basicamente, para as vozes de julgamento na construção de pontos de argumentação, a análise nos permitiu mostrar que a delimitação do ponto de vista argumentativo é fundamental para a construção dos pontos de argumentação, deixando o texto coerente, em termos de adequação ao gênero. Quando, por outro lado, há dissonância entre o ponto de vista global e os pontos específicos, o texto fica comprometido, quanto à construção de seu significado, pois não é possível identificar, com facilidade, os principais argumentos usados para a defesa da tese. Observamos que muitos textos apresentaram pontos de argumentação que foram contrários ao ponto de vista argumentativo, o que nos levou a concluir que grande parte dos alunos aqui investigados parece não dominar o gênero redação dissertativo-argumentativa, apesar de usarem argumentos em seus textos, conforme a hipótese inicialmente lançada no capítulo 1 deste estudo (cf. p. 19).

Além de termos visto a importância dos pontos de argumentação e do ponto de vista argumentativo na construção de um texto coerente, percebemos que ambos são compostos por vozes de julgamento, sobretudo, os pontos de argumentação. Com isso, foi possível identificar a íntima relação entre os tipos de argumentos usados com as vozes aqui intituladas. A *voz do eu* e a *voz do nós* são formadas por argumentos de autoridade (experiência e testemunho), assim como a voz da gramática tradicional, mais especificamente nos argumentos de competência. Já a voz do preconceito linguístico e social e a voz do senso comum são compostas por argumentos baseados em pressupostos comuns, voltados para a opinião comum, da mesma maneira que a voz do discurso pedagógico, contudo baseada nos valores comuns. Todas essas vozes e argumentos formam uma cadeia (cf. figura 12, p. 152) a partir de uma visão integradora, sendo todos interligados pelos argumentos analógicos e dedutivos.

Portanto, os argumentos de enquadramento e de vínculo foram fundamentais para que pudéssemos verificar a presença dos elementos avaliativos de Julgamento e das vozes que estiveram presentes em todas as redações investigadas e na maioria dos pontos de argumentação criados. Tendo como base a perspectiva social de linguagem, representada pelas abordagens sociodiscursiva e sociosemiótica, gostaríamos de salientar que os resultados aqui obtidos só foram possíveis porque tais perspectivas nos permitem olhar para a linguagem em sua totalidade, de modo que os aspectos sociais, interativos e avaliativos possam

ser considerados como elementos essenciais para a análise das redações aqui investigadas.

Além disso, a análise nos permitiu chegar à conclusão de que a escrita é tida como um instrumento de poder e de status social, sendo a inclusão social representada, sobretudo, pelo domínio da escrita. Dessa forma, acredito que os estudantes perpetuam os discursos encontrados nas grandes mídias, que enfatizam a importância da “boa” escrita para a inclusão social, de modo que a opinião do aluno reitera as discussões atuais a respeito dessa temática. Como dissemos no capítulo 1 (cf. p. 19), nosso interesse estava em saber e entender a opinião dos alunos sobre a relação socialmente estabelecida entre escrita e inclusão social, o que nos levou a trabalhar com o gênero redação escolar.

Logo, acreditamos que a possibilidade de conceber o gênero redação como resultado de um processo social, sendo construído por interlocutores reais que trazem suas crenças no momento em que escrevem, representa uma grande contribuição deste trabalho para a área de estudos da linguagem, ao mesmo tempo em que abre caminho para novas pesquisas a serem desenvolvidas no ambiente escolar.

Entretanto, reconhecemos que este estudo apresenta algumas limitações, como a investigação das vozes de julgamento como pontos de argumentação em grupos com idades distintas e pertencentes a outros níveis educacionais e sociais. Outro aspecto a este respeito a ser considerado refere-se ao fato de este estudo ter sido realizado apenas em um tipo de contexto, isto é, o escolar e a nível estadual. Além disso, o material escolhido para análise, a redação, pode também propiciar respostas e até formas distintas de tratar determinado assunto. Provavelmente em uma conversa informal, poderíamos ter respostas bastante diferentes das que aqui foram encontradas. Entretanto, devemos reconhecer que quando mudamos os elementos contextuais (campo, relações e modo), ou seja, o registro, alteramos também o discurso a ser produzido.

A fim de que seja realizada uma caracterização ainda mais expansiva das vozes presentes na escrita escolar, será necessário, futuramente, realizar uma análise que compreenda todas as séries do Ensino Médio ou até mesmo do Ensino Fundamental e Superior, para que uma análise comparativa desse fenômeno possa ser feita no processo de evolução discursiva dos alunos. Tal estudo permitirá um melhor entendimento sobre a natureza social e ideológica que permeia os

enunciados produzidos em sala de aula, contribuindo, conseqüentemente, para um ensino e aprendizagem mais significativos. Todavia, tal estudo foge do escopo da atual pesquisa, servindo apenas para instigar projetos futuros.

Com a finalidade de contribuir para o ambiente pedagógico, embora o nosso objetivo não seja discutir metodologias de ensino, gostaríamos de pontuar algumas implicações relacionadas ao ensino de produção textual, pois, conforme vimos, muitos alunos apresentam dificuldades em lidar com a escrita esperada de um aluno de 3º ano do Ensino Médio. Além disso, muitos conferem valor à escrita, o que representa um paradoxo, na medida em que eles pouco se aproximam da norma tão desejada por eles mesmos.

Sabemos, e defendemos desde o início desta Dissertação, que a escrita pode ser uma das principais responsáveis pela inclusão social, sendo o seu não domínio fator de exclusão social, principalmente, para as práticas sociais circulantes em ambientes institucionais. Por esse motivo, acreditamos ser fundamental o ensino da escrita padrão desde que as demais variedades não sejam rechaçadas da escola, mas que sejam tratadas como válidas. Os alunos precisam reconhecer a importância da norma culta, ao mesmo tempo em que tenham consciência de que as inúmeras variedades do português existem e podem ser usadas, a depender dos contextos em que estão inseridos. A redação escolar, por exemplo, requer a escrita padrão, já que a escola tem como uma de suas principais funções preparar o sujeito para a vida em sociedade (cf. cap. 2, subseção 2.1.1, p. 29). Na redação do Enem, o aluno precisa escrever de acordo com a norma padrão, sendo o seu não uso critério de retirada de pontuação. Assim, acreditamos que o ensino da escrita padrão associado à produção textual deve ser priorizado nas instituições escolares, para que os estudantes possam concorrer a vagas de empregos ou universidades de maneira igualitária e justa.

Na realidade, parece que o ensino descontextualizado é um dos maiores e principais fatores que atingem a educação atualmente. Não adianta ensinar, por exemplo, regras gramaticais, se os estudantes não sabem para que servem e em quais momentos são fundamentais usá-las. De igual modo, pouco contribui para a formação crítica do aluno, o professor tirar frases ou expressões descontextualizadas e muitas vezes fora de sua realidade cotidiana. No momento em que forem aplicar tais regras em um dado contexto provavelmente muitos discentes não saberão o que fazer com todo o conhecimento adquirido nos seus

longos anos de formação. Podemos dizer que os textos dos alunos participantes desta pesquisa nos mostra a visível dificuldade do aluno em lidar com as regras gramaticais ensinadas na escola, bem como com a manutenção de um texto coeso e coerente em termos de adequação das ideias e argumentos para a defesa de um ponto de vista.

Assim, acredito que as finalidades esperadas para a última etapa da Educação Básica (Brasil, 2010) parecem não estar sendo tão bem trabalhadas em sala de aula, já que percebemos, com a análise das redações aqui investigadas, que os alunos apresentam dificuldades em relação ao domínio de conhecimentos básicos para o aprimoramento e aperfeiçoamento da autonomia intelectual (cf. cap. 2, subseção, 2.1.1, p. 28).

Por esse motivo, acredito que a Gramática Funcional (Halliday, 1994; Halliday e Matthiessen, 2004) pode auxiliar e contribuir no processo de ensino e aprendizagem, já que os aspectos semânticos e funcionais são essenciais para a compreensão e entendimento dos discursos que nos permeiam socialmente. O ensino dos elementos avaliativos, como o Julgamento, por exemplo, possibilita que o aluno perceba as inúmeras formas de falar sobre determinado assunto e como ele pode usar diferentes estratégias discursivas e avaliativas em seu discurso. O Julgamento esteve presente, como vimos na análise, em muitos pontos de argumentação. Contudo, provavelmente os alunos não sabiam que tais avaliações de comportamento humano constituíam os seus argumentos. Pensar em um ensino que leve em conta os aspectos funcionais e avaliativos na construção dos discursos pode ser uma maneira de contribuir para o desenvolvimento de habilidades necessárias para a prática de produção escrita em sala de aula.

Ainda que pareça um sonho vislumbrar uma educação, sobretudo a pública, – a nível estadual e municipal – que priorize aspectos gramaticais, discursivos, funcionais e sociais, não podemos deixar de enfatizar a importância de ligar as perspectivas linguísticas, discursivas, semânticas e funcionais na formação crítico-reflexiva de sujeitos em fase de formação. Sabemos que a escola tem como uma de suas funções formar alunos capazes de expressar suas próprias ideias e criar argumentos para defendê-las (Brasil, 2000, 2010). Entretanto, como vimos, será fundamental investir na melhoria da educação, para que eles estejam mais bem preparados para a vida em sociedade.

Enfim, por acreditar que as vozes de julgamento são elementos recorrentes em qualquer tipo de discurso, seja ele escrito ou oral, sugiro como desdobramentos desta pesquisa que uma investigação seja realizada em outros contextos, a fim de confirmar a importância deste estudo para os ambientes sociais nos quais estamos inseridos. A extensão da pesquisa a outros contextos pode vir a ratificar os resultados aqui encontrados, bem como revelar outras nuances da prática escrita escolar.

Após discutir a respeito da influência dos discursos na escrita de alunos, acreditamos ter contribuído para a prática pedagógica, já que identificamos e analisamos as vozes de julgamento como formadoras de posicionamentos, podendo, assim, propor uma nova forma de tratar e olhar a escrita de alunos, sujeitos construídos na e pela linguagem. Espero estar ainda contribuindo para uma prática de ensino que dê mais importância aos participantes e aos discursos que os mesmos carregam. Para que isto ocorra, entretanto, parece ser necessário que professores busquem olhar para a produção textual de seus estudantes a partir de uma visão social, funcional e dialógica e não meramente gramatical e estrutural. Portanto, é fundamental que professores escutem o que seus alunos falam, levando em conta que os seus enunciados são formados por muitos outros, com os quais desejam compartilhar.

Finalmente, esperamos que estas não sejam nossas palavras finais a respeito dos discursos avaliativos que compõem os textos de alunos, mas que seja o início de muitas outras investigações no campo de estudos da linguagem.